

# O LIVRO- REPORTAGEM COMO PRODUTO JORNALÍSTICO DE RESISTÊNCIA ÀS DITADURAS

[ ARTIGO ]

**Felipe Adam**

*Universidade Federal de Pelotas*

**Alexandre Zarate Maciel**

*Universidade Federal do Maranhão*

**João Marcos dos Santos Silva**

*Universidade Federal do Maranhão*

[ RESUMO ABSTRACT RESUMEN ]

Este trabalho examina, a partir de uma análise crítica documental (Moreira, 2005), a presença, a produção e a perenidade de temas e abordagens de livros-reportagem publicados em períodos ditatoriais no Brasil, com destaque para os contextos históricos do Estado Novo (1937-1945) e do Regime Militar (1964-1985). O artigo, de cunho ensaístico, tem como guia os conceitos debatidos por Lima (2009), Ferreira Jr. (2004) e Catalão Jr. (2010) acerca de obras jornalísticas que atravessaram as fronteiras da censura estatal e que se firmam, com o passar do tempo, como um referencial de conhecimento e de memória, reafirmando, assim, a possibilidade de os livros-reportagem e biografias serem instrumentos legítimos da democracia.

**Palavras-chave:** Jornalismo. Livro-reportagem. Biografias. Memória. Ditaduras.

This work examines, through a critical documentary analysis (Moreira, 2005), the presence, production, and permanence of themes and approaches found in reportage books published during dictatorial periods in Brazil, with emphasis on the historical contexts of the Estado Novo (1937–1945) and the military regime (1964–1985). The article, essayistic in nature, is guided by the concepts discussed by Lima (2009), Ferreira Jr. (2004), and Catalão Jr (2010) regarding journalistic works that crossed the boundaries of state censorship and have become, over time, references for knowledge and memory. In doing so, it reaffirms the potential of reportage books and biographies as legitimate instruments of democracy.

**Keywords:** Journalism. Reportage Book. Biographies. Memory. Dictatorships.

Este trabajo examina, a partir de un análisis crítico documental (Moreira, 2005), la presencia, la producción y la permanencia de temas y enfoques de libros-reportaje publicados durante períodos dictatoriales en Brasil, con énfasis en los contextos históricos del Estado Novo (1937-1945) y del régimen militar (1964-1985). El artículo, de carácter ensayístico, se guía por los conceptos debatidos por Lima (2009), Ferreira Jr. (2004) y Catalão Jr (2010) acerca de obras periodísticas que lograron atravesar las fronteras de la censura estatal y que, con el paso del tiempo, se consolidan como referentes de conocimiento y de memoria. De esta forma, se reafirma la posibilidad de los libros-reportaje y las biografías como instrumentos legítimos de la democracia.

**Palabras clave:** Periodismo. Libro-reportaje. Biografías. Memoria. Dictaduras.

## INTRODUÇÃO

---

O livro-reportagem possui estreita relação com a memória e pode ser um instrumento importante para desvelar, a partir de entrevistas com fontes variadas e múltiplas, vasta pesquisa documental e investigação jornalística, acontecimentos que foram silenciados em períodos ditatoriais. Mesmo durante a vigência de regimes de exceção, como sofreram menos vigilância do que os jornais, algumas dessas obras publicadas no Brasil também tentaram driblar a censura e iluminar fatos obscurecidos.

Características inerentes ao livro-reportagem, como a de evidenciar acontecimentos com maior profundidade, ampliar a pluralidade de vozes e oportunizar ao repórter a capacidade de exercer as técnicas de apuração com maior habilidade em narrativas de não ficção, permitiram a concepção de obras cruciais para compreender os dois períodos ditatoriais do século XX no Brasil: o Estado Novo do ditador Getúlio Vargas (1937-1945) e o Regime Militar (1964-1985).

Este artigo, de caráter ensaístico, apresenta um olhar, a partir de análise crítica documental (Moreira, 2005), iluminado pelos conceitos teóricos — livro-reportagem e suas relações com a investigação de fatos do passado que afetam a contemporaneidade (Lima, 2010); posturas críticas do repórter-autor (Ferreira Jr., 2004); a produção ativa de obras de recuperação jornalística histórica (Catalão Jr., 2010) — sobre a manifestação desse gênero no Brasil nos períodos mencionados e nos anos democráticos que seguiram as referidas ditaduras.

Interessou mapear a produção de livros-reportagem em contextos de silenciamento nos dois períodos autoritários, a partir dos estudos de Hallewell (2005), Reimão (1996) e Maués (2013), bem como aquelas obras publicadas sem as amarras da censura, justamente com o propósito de trazer à tona o que havia sido omitido da sociedade. Outro objetivo foi detectar as vozes dos próprios jornalistas autores dessas obras — em um trabalho de pesquisa documental em pré e pós-textuais dos livros que publicaram — a respeito dos bastidores e da importância de utilizar o jornalismo como uma ferramenta de contextualização, explicação didática de temas complexos e abertura a fontes plurais. Completam a análise trechos de entrevistas realizadas por Maciel (2018) e por Adam (2024) com jornalistas que elaboraram livros de não ficção de reconstituição histórica ou biográficos, ambientados nesses períodos antidemocráticos.

Para fins de organização, o presente artigo sugere a seguinte divisão temática: no tópico a seguir, buscam-se definições a respeito do livro-reportagem, bem como do conceito de biografia e suas aproximações com a memória. Na seção três, apresenta-se um pouco do histórico da produção editorial jornalística no período do Estado Novo (1937-1945), atitude semelhante à descrita no ponto quatro, desta vez com enfoque na Ditadura Militar (1964-1985). Ao longo do artigo, mesclam-se análises de entrevistas com jornalistas autores de livros-reportagem cujas temáticas versam sobre os períodos autoritários. Por fim, as considerações finais destacam a importância crucial da prática de um jornalismo aprofundado, com rigor de apuração e checagem, no formato de livro-reportagem, para contextualizar os

leitores a respeito de períodos permeados por lacunas de memória social.

## LIVRO-REPORTAGEM E BIOGRAFIA: MEMÓRIAS DO CONTEMPORÂNEO

---

Na concepção de Edvaldo Pereira Lima, o livro-reportagem pode ser classificado como um veículo de comunicação impresso não periódico que conta com as vantagens de um tempo maior de apuração e redação e ambiciona abordar os fatos com uma “[...] amplitude superior ao tratamento costumeiro nos meios de comunicação jornalística periódicos” (Lima, 2009, p. 26). Ao tratar das funções do livro-reportagem, Lima (2009, p. 40) detalha essas articulações, que permitem lançar um olhar jornalístico aprofundado a respeito de fatos históricos contemporâneos, como os ocorridos em períodos ditatoriais:

O aprofundamento é extensivo, ou horizontal, quando o leitor é brindado com dados, números, informações, detalhes que ampliam quantitativamente sua taxa de conhecimento do tema. O aprofundamento é intensivo, ou vertical, quando o leitor é alimentado de informações que lhe possibilitam aumentar qualitativamente sua taxa de conhecimento. Isto é, há uma análise multiangular de causas e consequências, de efeitos e desdobramentos, de repercussões e implicações.

Portanto, a relação do jornalista que apura, organiza as informações e redige um livro-reportagem é diferente da dos

profissionais de atuação diária em redações, que costumam lidar com os acontecimentos efêmeros. Para Lima (2009, p. 44), os jornalistas autores devem levar em conta o tempo histórico “[...] para compreender o presente, resgatando do passado suas raízes mais importantes, escondidas”. Porém, o seu trabalho não deve ser confundido com o dos historiadores, “[...] porque seu veio central é a contemporaneidade, mergulhando no passado apenas para compreender com maior elasticidade as causas dos conflitos presentes originados no tempo que já fluiu, em duração curta, breve ou longa” (Lima, 2009, p. 44).

Assim, para Lima (2009, p. 45), o conceito de atualidade, no universo do livro-reportagem, deve ser substituído pelo de contemporaneidade: “Aparentemente, é apenas um sinônimo, mas sua força conotativa, quero crer, faz alusão à plasticidade e à elasticidade que o tempo presente ganha no livro-reportagem”. Em seu sistema de classificação, o autor menciona o “livro-reportagem-história”, aquele que, na sua visão, “[...] focaliza um tema do passado recente ou algo mais distante no tempo. O tema, porém, tem em geral algum elemento que o conecta com o presente, dessa forma possibilitando um elo comum com um leitor atual” (Lima, 2009, p. 54).

Carlos Rogé Ferreira Jr. (2004, p. 325) ressalta que alguns livros-reportagem que se aproximam da abordagem de fatos históricos permitem aos jornalistas autores explorarem, de modo intenso, “[...] a materialização de contradições sociais pouco visíveis e pouco veiculadas, a exposição de lutas suprimidas ou raramente discutidas”. Seguindo esse ponto de vista, certos livros-reportagem, inclusive aqueles que investigam fatos ocorridos em

períodos ditatoriais, procuram colocar em debate “[...] não apenas o jornalismo tradicional, mas também todos os demais instrumentos ‘oficiais’ de produção de sentido” (Ferreira Jr., 2004, p. 325).

Conforme pesquisa de doutorado realizada por Antônio Catalão Jr. (2010), dos 13 livros-reportagem escritos por autores brasileiros e com temas também relacionados ao Brasil que tiveram o maior número de entradas em listas mensais de livros mais vendidos no país durante o período de 1966 a 2004, dez – uma proporção de aproximadamente 77% – eram dedicados a acontecimentos, momentos ou personagens históricos. Do total, alguns dos que tiveram maior vendagem foram publicados logo após o fim da ditadura militar brasileira e tratam não só desse tema, mas também de situações ocorridas durante o período do Estado Novo de Vargas.

*Olga*, de Fernando Morais (Alfa-Omega, 1985), que trata da trajetória da líder revolucionária alemã, esposa de Luís Carlos Prestes, aparece como líder na relação de Catalão Jr. (2010), com 29 entradas em listas de mais vendidos. Em terceiro lugar, com 16 entradas, consta *1968: o ano que não terminou*, de Zuenir Ventura (Nova Fronteira, 1989), que radiografa o ano marcado pelo Ato Institucional número 5 (AI-5) e pela efervescência cultural, social e política do período. Da série de cinco livros que o jornalista Elio Gaspari elaborou para destrinchar os acontecimentos da Ditadura Militar brasileira, *A ditadura envergonhada* (Companhia das Letras, 2002, 13 entradas) e *A ditadura escancarada* (Companhia das Letras, 2002, 12 entradas) são listados, respectivamente, em sétimo e nono lugar.

Ao comparar o olhar jornalístico sobre os acontecimentos históricos com o de um

historiador propriamente dito, o pesquisador aponta pelo menos uma diferença crucial. “Diferentemente do que ocorre com o típico historiador contemporâneo, seu interesse prioritário não se dirige às ‘estruturas’ que alegadamente subjazem a tal realidade, mas sim aos acontecimentos por meio dos quais ela é percebida e pode ser apreendida” (Catalão Jr., 2010, p. 189).

A biografia, um dos gêneros mais emblemáticos, também possui classificação, segundo Lima (2009). Ele auxilia na compreensão, ao indicar que ela é uma narrativa de longo percurso, “[...] cuja missão é contar toda a vida de uma pessoa, viva ou morta” (Lima, 2009, p. 425). Esse tipo de obra cria condições para que o leitor, por meio do protagonista, interprete uma determinada época, classe social ou categoria profissional. Também resgata cenários onde arquiteturas, linguagens e vestuários se mesclam em um mosaico sensorial.

No tópico a seguir, o artigo se preocupa em resgatar os aspectos da biografia e de obras de outros gêneros nos anos correspondentes ao Estado Novo, período de repressão do presidente Getúlio Vargas. À época, não havia ainda o conceito definido de livro-reportagem. Entretanto, era também por meio da biografia que profissionais da imprensa publicavam suas obras. A bem da verdade, a maioria era laudatória, mas seria a gênese desse gênero na República brasileira.

## O LIVRO BIOGRÁFICO NA DITADURA DO ESTADO NOVO

---

Com a chegada do presidente Getúlio Vargas ao poder, em 1930, segundo aponta

Laurence Hallewell (2005), aflora uma literatura que já vinha sendo acalentada desde a Semana de Arte Moderna de 1922, ou até antes, nas obras de Lima Barreto e Monteiro Lobato. Condizente com acontecimentos políticos e sociais que “[...] anunciavam uma nova era de consciência nacional, despertando (ou tornando a despertar), nos brasileiros instruídos, uma preocupação nacional pelo país e os seus problemas” (Hallewell, 2005, p. 464). Como o regime fracassou na solução de várias questões, cresceu o interesse por livros de cunho mais crítico sobre as mazelas brasileiras. Mas a produção, aos poucos, “[...] estancou-se, à medida que um governo cada vez mais intolerante empenhava-se em reprimir qualquer crítica direta ou debate aberto” (Hallewell, 2005, p. 464).

Em meio ao ufanismo exalado do Estado Novo (1937-1945), o governo varguista buscou modernizar a nação com planejamento que visava, entre outros pontos, a área cultural. Segundo Gabriela Grecco (2021), o Instituto Nacional do Livro foi criado em 1937 e, junto com ele, três seções: a Seção da Enciclopédia e do Dicionário; a Seção de Publicações; e a Seção de Bibliotecas. Vinculado ao então Ministério da Educação e Saúde, o instituto possuía três tarefas essenciais: “[...] cuidar, de maneira geral, da divulgação dos livros brasileiros; orientar o conteúdo dos livros brasileiros conforme as diretrizes da Constituição de 1937; e nacionalizar as obras brasileiras por meio da linguagem” (Grecco, 2021, p. 259).

A Seção de Publicações, por exemplo, além de valorizar a edição de obras esgotadas que prestigiavam o utópico espírito nacional, também foi “[...] responsável pelo desenvolvimento das políticas públicas

necessárias para melhorar, incrementar, difundir e baratear as edições de livros estrangeiros e, particularmente, de livros nacionais, assim como por intensificar a exportação de obras de autores brasileiros” (Grecco, 2021, p. 265). A intenção era que as obras pudessem ser editadas em formato simples e adquiridas por preços acessíveis (Grecco, 2021).

Entre as obras tidas como de interesse nacional, destacam-se antologias, biografias, história da literatura, poemas e romances, em especial os de Machado de Assis, eleito pelo governo estadonovista como um patrimônio brasileiro, um modelo de comportamento que superou problemas sociais por meio da leitura e da escrita autodidatas. A decisão de voltar o olhar ao pretérito passava por uma reinterpretação positiva por meio do legado intelectual. Dessa maneira, “[...] a Nação renascia sob o comando de Vargas depois do período de decadência ocorrido no passado mais imediato (isto é, durante o liberalismo da República Velha)” (Grecco, 2021, p. 273). Para se adequar ao que o regime impunha como cultura ideal,

Essas obras também serviam como referência da “boa leitura” nacional: elas formariam o *espírito* dos brasileiros e os modelos morais a seguir. Selecionar o passado para construir o futuro: desta maneira poderia ser construída uma “tradição” com o objetivo de se *descobrir* o tempo pretérito, mas adequando-o ao *status quo* (Grecco, 2021, p. 269).

Enquanto, até 1935, como lembra Hallewell (2005, p. 503), a “[...] ação das autoridades estava quase toda voltada para os jornais, sendo os livros pouco atingidos”,

a partir da ditadura do Estado Novo, em 1937, teve início uma grande apreensão de obras literárias em todo o território nacional, acompanhada da prisão de escritores como Jorge Amado, Graciliano Ramos e Rachel de Queiroz, e até mesmo autores “que tinham opiniões moderadas, como Gilberto Freyre, tiveram seus livros incinerados” (Hallewell, 2005, p. 505). Para Bulhões (2007, p. 131), romances como *Suor* (1934), de Jorge Amado; *A bagaceira* (1928), de José Américo de Almeida; *O quinze* (1930), de Rachel de Queiroz; e *Vidas secas* (1938), de Graciliano Ramos, entre tantos exemplos, configuram um painel de denúncias e reconhecimentos das “instituições anacrônicas e opressoras do país”.

Em busca de identidade nacional, o mercado do livro descobriu um nicho literário originado pelo campo da história: o gênero biográfico. Edgard Cavalheiro, já reconhecido pela biografia do poeta Fagundes Varela (1940) — e muito antes de publicar os dois volumes sobre Monteiro Lobato (1955) — escreveu, em 1943, *Biografias e biógrafos*, um dos primeiros livros brasileiros a refletir sobre a história da arte biográfica. Em âmbito mundial, Cavalheiro aponta os nomes precursores de Plutarco, o britânico Lytton Strachey, o polonês Emil Ludwig e o francês André Maurois, biógrafos que serviram de referência aos futuros profissionais das escritas de vida.

Se Strachey moderniza o gênero ao incluir aspectos da vida privada do protagonista, detalhes dos dramas sociais ou fracassos do passado, Ludwig vai além, ao buscar recompor cenários baseados em cartas, diários ou memórias da personagem e de pessoas do círculo mais próximo: “refletir-se nas personagens com o fito de

apresentá-las ao leitor para que estes nelas se reflitam, eis a sua preocupação. Ou, em outras palavras: suprir com psicologia o que nem história nem o meio explicariam satisfatoriamente” (Cavalheiro, 1943, p. 49). Maurois reconhecia que as pessoas precisavam de exemplos; contudo, de nada adiantava modelos se eles fossem divinizados: “a preocupação fundamental do biógrafo moderno — e neste detalhe está a grande diferença e a grande vantagem da biografia contemporânea — é que este não deve impor o seu personagem e sim expô-lo. Caberá ao leitor aceitá-lo ou não” (Cavalheiro, 1943, p. 63).

Nesse ínterim, não tardaria o debate sobre as classificações da biografia, as funções do biógrafo ou a ética da escrita biográfica. Um deles foi o livro do historiador Luiz Viana Filho, um dos pioneiros biógrafos brasileiros, que publicou *A verdade na biografia* (1945). À época, o autor dividiu os tipos de biografia em quatro grupos definidos, como se essas categorias não pudessem existir em simbiose: aquelas em que se relaciona a vida em ordem cronológica; aquelas em que é possível também estudar uma época; apreciações críticas sobre o legado da obra; e, por fim, a narração prioritária da vida (Viana Filho, 1945). O historiador também postula que as biografias precisam seguir distinções “[...] fixas, imutáveis, permanentes” (Viana Filho, 1945, p. 19) que possam classificá-la como tal gênero. Assim, “[...] chame-se romanceada, moderna, literária, ou histórica, a biografia [...] terá de subordinar-se às limitações impostas por aquelas características de submissão à verdade, à exatidão, ao sentimento de justiça, que lhe são inerentes, sob pena de deixar de ser biografia” (Viana Filho, 1945, p. 25).

A historiadora Mariza Guerra de Andrade (2013) conta que, após o fim da Segunda Guerra (1939-1945), esse segmento despertou como fonte de consolo diante de tamanha intolerância, brutalidade e mortes pelo mundo: “a possibilidade de viver havia se tornado inadiável, e era preciso um novo protocolo de vida, de interlocução humanitária [...] por meio da narração da história de vida. A biografia da individualidade, da *alma*, da liberdade e do sentimento humano venceu” (Andrade, 2013, p. 81). Uma primeira onda de biografismos aconteceu, no Brasil, nas décadas de 1940 e 1950 (Galvão, 2005), muito influenciada pela escrita de biógrafos europeus, como o austríaco Stefan Zweig, o holandês Hendrik Willem van Loon, bem como o polonês Emil Ludwig e o francês André Maurois, autores de volumosas obras sobre reis e rainhas, personalidades militares, compositores, pintores, poetas e líderes religiosos. Van Loon, por exemplo, “[...] produziria uma espécie de enciclopédia do biografismo num só alentado volume, *Vidas ilustres*” (Galvão, 2005, p. 363).

Bem diferente do que se lê atualmente, os livros biográficos nacionais produzidos durante a primeira era Vargas serviam para homenagear. A linguagem laudatória era comum, com excesso de adjetivos que mais prejudicavam do que auxiliavam na compreensão do texto. O intuito dos autores — muitos advogados, críticos literários, médicos, militares — era essencialmente saudosista. Não que houvesse uma preocupação latente com a memória nacional, mas a publicação de uma história de vida delimitava as peças do jogo social. Afinal, recordava-se para não esquecer.

## LIVRO-REPORTAGEM NA DITADURA MILITAR (1964-1985)

---

Os anos 1970 — justamente os do auge da ditadura militar, na primeira metade, e de uma distensão “lenta e gradual”, para não dizer fictícia, na segunda — representaram o marco inicial do que podemos considerar um mercado editorial profícuo para livros escritos por jornalistas. Sandra Reimão (1996, p. 61) lembra que, entre os anos 1970 e 1980, houve uma significativa queda da taxa de analfabetismo, de 39% para 29%, e um salto espantoso no número de estudantes universitários, de 100 mil para quase um milhão. A pesquisadora aponta ainda que, entre 1978 e 1979, “[...] o surgimento de um sindicalismo forte e o processo de abertura consolidado na Lei da Anistia, em agosto de 1979, tiveram os seus reflexos no mercado editorial, mais no setor de não ficção do que no segmento literatura ficcional” (Reimão, 1996, p. 70).

Flamarion Maués percebeu um “grande incremento” da indústria editorial brasileira a partir de meados dos anos 1970 e frisa o que ele chama de livros de oposição ao regime militar como um dos segmentos que mais se destacaram. Estão classificados nesse critério não só os livros-reportagem, mas também obras com testemunhos de exilados e ex-presos políticos. “Ocorreu, então, um movimento cultural e editorial marcado pela revitalização de editoras com perfil nitidamente político” (Maués, 2013, p. 10). O pesquisador destacou que, entre as já estabelecidas, engajaram-se nessa tendência a Civilização Brasileira, a Brasiliense, a Vozes e a Paz e Terra. Ao mesmo tempo, surgiram novas editoras com “[...] propósito de publicar livros com claro caráter político”

(Maués, 2013, p. 10), entre os quais Maués elenca a Alfa-Ômega e a Global.

Como característica principal, as editoras de oposição ou políticas, como classifica Maués (2013, p. 15) — sobretudo as novas e pequenas, como a Alfa-Ômega — não tinham como fins “a sua organização como empresa e o lucro que elas buscavam obter”. O objetivo principal seria, portanto, “a atuação política por meio da divulgação de ideias e opiniões cujos veículos eram os livros”. Comparando com o cenário de suposta abertura política que marcou a época, Maués (2013, p. 31) vê um movimento de mão dupla em todo o processo: “ao mesmo tempo em que esses livros promovem e estimulam o debate de ideias, eles são frutos de uma situação em que já se tornava possível, novamente, trazer à tona tais debates. São, portanto, frutos da abertura política e colaboraram para ampliá-la”.

Na lista de obras de oposição mais vendidas organizada por Maués (2013, p. 49-50), entre 1978 e 1984, aparecem livros-reportagem que tiveram entre seus escritores nomes então já consagrados na imprensa diária. Ricardo Kotscho publicou, em 1982, *O massacre dos posseiros*, pela editora Brasiliense. A Global emplacou boas vendas com *Tortura: a história da repressão política no Brasil*, de Antonio Carlos Fon, e *Guerra de guerrilhas no Brasil*, de Fernando Portela, ambos em 1979. E, em 1980, *Lamarca, o capitão da guerrilha*, de Emiliano José e Oldack Miranda, antecipando a vertente das biografias políticas. Destaque para *113 dias de angústia: impedimento e morte de um presidente*, de Carlos Chagas, em 1979. No mesmo final de década, a Alfa-Ômega chamou atenção com o desempenho comercial de *A ilha: um*

*repórter brasileiro no país de Fidel Castro*, de Fernando Morais, além de *A sangue-quente: a morte do jornalista Vladimir Herzog*, de Hamilton Almeida Filho, e *Cuba hoje: 20 anos de revolução*, de Jorge Escosteguy.

Na década de 1970, além de ter traduzido obras de Marx e Engels, a pequena editora Alfa-Ômega apostou em iniciativas ousadas no campo do jornalismo. Em 1978, lançou em bancas de revistas uma série de cinco grandes reportagens em formato de revista que abordavam temas tabus e silenciados pela grande imprensa, intitulada *História Imediata*. O primeiro número, que em uma semana quase esgotou sua tiragem inicial de 25 mil exemplares, demonstrando um ávido interesse dos leitores, foi justamente *A guerrilha do Araguaia* (1978), resultado do trabalho coletivo de Palmério Dória, Sérgio Buarque, Vicent Carelli e Jaime Sautchuk.

No texto de abertura dos autores, afirma-se o compromisso assumido, como repórteres, de resgatar do “*nada da censura o tudo da História*”: “transformaram-se em correspondentes de guerra — sem convite nem credenciais — para resgatar do silêncio, que acoberta, mas não redime, os detalhes do acontecimento que nos afetou a todos” (Dória et. al., 1978, p. 6). O detalhe crucial é que o tema estava censurado em todos os jornais e a coleção foi a primeira a ventilar a existência da guerrilha.

O editor Fernando Mangarielo, entrevistado pelo Maciel (2018), fundou a editora Alfa-Ômega em 1973 e, em uma postura crítica à ditadura militar, ajudou a pavimentar o território de um mercado mais consistente para o livro-reportagem no Brasil, principalmente com as experiências de publicar dois

livros de sucesso de Fernando Morais — *A ilha e Olga* —, mas também com séries como *História Imediata*. Mangarielo (informação oral, 2016) descreve um modelo aproximado a uma “guerrilha” editorial que empreendeu naquela época para editar, publicar e divulgar livros que tratavam de temas palpitantes e proibidos, como a *Guerrilha do Araguaia* e a realidade cubana.

Mangarielo (informação oral, 2016) confirma que o principal motivo de os jornalistas dos anos 1970 apostarem na produção de livros foi o sufocamento da censura a certos temas nos jornais: “o governo militar sem dúvida olhava menos para o livro e mais para o jornal. Por causa da reverberação. O público que o jornal atingia era imenso e rápido”.

De fato, desde 1977, a censura já vinha fechando os olhos para livros de membros do MDB, com fortes tintas políticas, como *Os militares no poder*, do político e jornalista Carlos Castello Branco, publicado em quatro volumes até 1981. Mas, segundo Hallewell (2005, p. 181-182), a “abertura” referente aos livros começou efetivamente com a posse do último presidente militar, João Baptista Figueiredo, em 1979. A Global pôde publicar um título como *Dossiê Herzog: tortura e morte no Brasil*, do jornalista Fernando Jordão.

Também reflexo do fim da censura prévia sobre os jornais, em meados dos anos 1970, a liberação da publicação de *A ilha* representa, para Hallewell (2005, p. 653), uma das primeiras manifestações da “distensão” promovida pelo governo militar. Publicado numa tiragem inicial de três mil exemplares, o livro “[...] quase imediatamente entrou na relação dos *best-sellers* e ali permaneceu por quase um ano, tendo, em

1980, chegado à cifra de 146 mil exemplares em dezesseis edições”. Além de ser um marco na história do livro-reportagem brasileiro, *A ilha* abriu a perspectiva de todo um mercado editorial. Foi um sucesso comercial, com 30 edições esgotadas, o recorde de 60 semanas nas listas de livros mais vendidos e traduções na Europa, nos Estados Unidos e na América Latina.

O jornalista Fernando Morais abraçou um tema tabu em pleno governo militar, viajando clandestinamente para Cuba. O prefácio da primeira edição é do escritor Antonio Callado, que começa afirmando que *A ilha* é uma reportagem no “exato sentido da palavra”, para acrescentar, em seguida: “ela só admitiria um qualitativo, o de reportagem escolhida, já que o autor não foi imperativamente incumbido por nenhum jornal ou revista de ir a Cuba. Escolheu, como jornalista, seu tema, quis conhecer pessoalmente o país” (Callado, 1978, p. 17).

Com o fim da ditadura militar, em 1985, e particularmente a partir de 1989 — época de *1968: o ano que não terminou*, de Zuenir Ventura —, o contexto da redemocratização e a ânsia de colocar no papel tudo que havia sido dominado por muitos anos pelo monopólio do segredo incentivaram o crescimento do mercado editorial brasileiro para livros-reportagem e biografias. Um pouco antes, *Olga* (1985), de Fernando Morais, ajudou a tirar do limbo da história uma personagem que até então era relatada como uma sombra de Luís Carlos Prestes, e não com o seu devido protagonismo. “*Olga* tem uma coisa que eu acho que nunca ninguém da editoração brasileira viveu. Eu tinha dois arquivos, do miolo e da capa. E imprimir em rotativa. Não tinham sido entregues os primeiros 20,

já tinha demanda para mais 20”, recorda o editor Fernando Mangarielo (informação oral, 2016).

No texto de apresentação do livro *Olga*, Fernando Morais deixa claras aos leitores suas dificuldades para recuperar essa figura histórica, que parecia viver, até então, à “sombra” de Luís Carlos Prestes, para além do mero relato de efeméride na imprensa diária. Além de praticamente não haver nada sobre a personagem nos arquivos brasileiros, o autor surpreendeu-se ao descobrir que “até mesmo a historiografia oficial do movimento operário brasileiro, produzida por partidos ou pesquisadores marxistas, relegara invariavelmente a ela o papel subalterno de ‘mulher de Prestes’ – e nada mais do que isto” (Morais, 1993, p. 10). Outro grande obstáculo era a disponibilidade de fontes orais vivas, as testemunhas da história. “Se estivesse viva, Olga teria hoje 77 anos – e como sua militância política se deu muito precocemente, a maioria dos personagens que conviveram com ela estavam mortos” (Morais, 1993, p. 11).

Contando com o tempo como aliado, algo raro no jornalismo, Morais encontrou um tesouro na então ainda não reunificada República Democrática Alemã: “heroína nacional cujo nome batiza dezenas de escolas e fábricas, Olga teve sua memória carinhosamente preservada pelos comunistas de sua terra” (Morais, 1993, p. 11). Em Milão, na Itália, o jornalista descobriu que boa parte da memória do movimento operário e comunista brasileiro estava preservada em um arquivo local.

Em Washington, Estados Unidos, outra surpresa: “para meu espanto, pude ver depositados documentos internos do PC

brasileiro desconhecidos aqui e que tinham sido misteriosamente baldeados para os Estados Unidos” (Morais, 1993, p. 10). O jornalista somou todo esse material documental a entrevistas fundamentais com o ex-marido de Olga, Luís Carlos Prestes, e com fontes septuagenárias que encontrou em outros países: “como sua passagem pelo Brasil se tornara, para mim, a parte mais obscura da investigação, pressionei os amigos de Olga em Berlim até a irritação com perguntas sobre cada momento de seus 17 meses no Rio de Janeiro” (Morais, 1993, p. 12). Esse testemunho atesta o esforço de um jornalista para superar as perspectivas muitas vezes míopes de um jornalismo factual e apresentar uma leitura da contemporaneidade.

## OLHARES JORNALÍSTICOS: QUEBRANDO OS SEGREDOS

---

Com a evolução da indústria livreira, especialmente após o fim da ditadura militar, o mercado editorial se expandiu e percebeu que era o momento de evidenciar a história de personagens que estiveram envolvidos nos regimes autoritários da história recente brasileira. Nas últimas duas décadas, por exemplo, dois dos principais grupos editoriais nacionais – Companhia das Letras e Record – lançaram luz ao período autoritário do Estado Novo, com biografias escritas tanto por historiadores, como Fabio Koifman (*Quixote nas trevas: o embaixador Souza Dantas e os refugiados do nazismo*, Record, 2002), Daniel Aarão Reis (*Luiz Carlos Prestes: um revolucionário entre dois*

mundos, Companhia das Letras, 2014) e Robert Sterling Rose (*O homem mais perigoso do país: biografia de Filinto Müller*, Civilização Brasileira, 2017), quanto por jornalistas, tais como Adriana Negreiros (*Maria Bonita: sexo, violência e mulheres no cangaço*, Objetiva, 2018), Fábio Cardoso (*Capanema: a história do Ministro da Educação que atraiu intelectuais, tentou controlar o poder e sobreviveu à Era Vargas*, Record, 2019) e Karla Monteiro (*Samuel Wainer: o homem que estava lá*, Companhia das Letras, 2020).

Inclusive, Getúlio Vargas é o brasileiro mais biografado nos últimos 30 anos (Adam, 2024), pois, dentre as dez principais casas editoriais brasileiras que mais publicaram biografias entre os anos 1990 e 2020, cinco delas foram sobre o ex-presidente Vargas. Neste universo de publicações, o jornalista Lira Neto se destaca com uma trilogia biográfica, em especial pelo volume 2, que cobre um período de 15 anos, do governo provisório à ditadura do Estado Novo (1930-1945). Segundo Neto (2013, p. 493), o maior desafio

[...] foi sistematizar o grande volume de informações a respeito do intervalo de tempo decorrido entre a posse de Getúlio no Catete e a sua derrubada, por meio de um golpe de Estado, em 1945. É talvez, um dos períodos mais estudados da história brasileira, por envolver uma série de episódios específicos e, cada um deles, por si só, já contemplados por uma bibliografia exaustiva e consolidada: a revolta paulista de 32, o levante comunista de 35, o golpe getulista de 37, o *putsch* integralista de 38 e a ditadura do Estado Novo, que sobreviveu até 45.

Tratando do cenário histórico denso que sempre cercou seu personagem, Getúlio Vargas, Lira Neto (2013, p. 493) alerta seus leitores: “em nenhum momento ousei reescrever ou reinterpretar tais acontecimentos, empreitada que fugiria aos limites de minha competência e ao escopo original deste livro”. Mas o jornalista deixa claro quais foram seus propósitos como orquestrador de um relato tão extenso, complexo e profundo: “articular o vasto pano de fundo com os aspectos da vida privada do biografado, sobrepondo cotidiano e contexto histórico, para tentar compreender de que forma essas duas dimensões interagiram e sofreram influências mútuas” (Neto, 2013, p. 494).

Os esforços de cinco anos de produção parecem ter sido recompensados com a recepção positiva da crítica e do público, ou seja, o consumo e o reconhecimento neste contrato. Os dois primeiros volumes somaram 70 mil cópias em vendas, e o terceiro saiu, em primeira edição, com 40 mil. O segundo volume, *Getúlio: 1930-1945, do governo provisório à ditadura do Estado Novo* (Companhia das Letras, 2013), ganhou o Prêmio Jabuti na categoria Biografia em 2014.

O Maciel (2018) entrevistou o autor da trilogia *Getúlio* para a confecção da tese de doutorado, defendida em 2018. Ao abordar o aspecto da comparação do jornalista escritor de livros com o historiador, Lira Neto (informação oral, 2016) destaca que seu olhar sobre os temas históricos, como fez na trilogia biográfica *Getúlio*, está permeado pelo método de investigação do jornalista: “é o repórter que está em busca de dados naqueles documentos, em sua forma de olhar para eles, ou seja, a atenção para o detalhe, não é? Não estou interessado nas

grandes estruturas, eu não estou interessado na macro-história”.

No entanto Lira Neto (informação oral, 2016) faz questão de frisar o que entende por detalhes, que não podem ser confundidos com irrelevâncias, já que, em sua ótica, “[...] o detalhe pelo detalhe não tem importância nenhuma, não faz sentido”. Assim, para Lira Neto, o jornalista que se propõe a narrar personagens históricos está em busca da “[...] minúcia que ajude a você a ter um entendimento melhor sobre o personagem”. Não se trata simplesmente de algo que vá ficar agradável na narrativa ou palatável, pois, senão, cai-se no pitoresco, o que não despertaria interesse.

O jornalista Elio Gaspari escolheu como matéria-prima um passado recente, porém complexo, já que enfrentou e ainda enfrenta várias tentativas de silenciamento e apagamento: o período da ditadura militar brasileira, de 1964 a 1985. O resultado de mais de 30 anos de pesquisas documentais e entrevistas exclusivas é a maior série de livros-reportagem sobre um mesmo assunto já produzida no Brasil até agora, com cinco livros, sendo os dois primeiros incluídos no conjunto *As ilusões armadas* e os outros três na série *O sacerdote e o feiticeiro*.

Gaspari (2002, p. 17) tinha dois trunfos inegáveis em mãos para construir uma obra com novidades sobre um assunto que vinha sendo estudado por vários historiadores: “este livro não existiria sem a decisão de Golbery de entregar-me seu arquivo e sem a paciente colaboração de Ernesto Geisel. Convivi com ambos”. Pouco antes de morrer, em 1987, Golbery ainda fazia confissões a Elio Gaspari, mas, segundo o escritor, embora lastimasse não poder

viver para ver o livro com o qual contribuíra publicado, nunca pediu para conferir previamente os capítulos já escritos.

Naquele momento, passados quase três anos de pesquisas, Gaspari já achava que estava escrevendo dois livros, cada um com cerca de 300 páginas. Com Geisel, Elio Gaspari (2002, p. 17) teve “[...] dezenas de demoradas e profícuas conversas a partir de 1979”. Mas só em 1994, depois de 15 anos de insistência, é que o ex-presidente finalmente concordou em gravar um depoimento sobre sua vida em 20 sessões, com duração de 90 minutos cada uma, que tiveram que ser interrompidas com seu adoecimento, em 1996. Havia um trato de que as fitas ficassem no poder de Geisel, mas, após sua morte, para alívio do repórter, a filha do ex-presidente entregou-lhe 12 delas.

O jornalista somou esse material a outras 300 horas de gravações e conversas soltas mantidas com Geisel e aos depoimentos de cerca de 200 pessoas entrevistadas em 18 anos, tratando dos temas mais diversos, como as posturas progressistas da Igreja Católica, a Guerrilha do Araguaia, a gestão econômica no período e as ações da guerrilha armada e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB). O mencionado arquivo de Golbery, chave para a pesquisa documental, estava desorganizado, mas guardava 25 caixas, ameaçadas pelo mofo, contendo cerca de cinco mil valiosos documentos sobre o período. Outra documentação essencial foi a do secretário fiel de Golbery, Heitor Aquino Ferreira, que forneceu cópias do diário do general entre 1964 e 1976. “Naqueles cadernos, parcialmente lidos por Geisel, está o mais minucioso e surpreendente retrato do poder já feito em toda a história do Brasil” (Gaspari, 2002, p. 17).

Mesmo tendo a segurança de todo esse material em mãos, organizado com ajuda de terceiros em um banco de dados que somou 28 mil fichas, e contando com décadas para trabalhar com paciência na organização e interpretação do conteúdo, Gaspari acredita que nunca lhe passou pela cabeça dar conta da história da ditadura brasileira, ainda que tenha escrito cinco livros sobre o assunto. Com modéstia, demonstrando consciência da falibilidade jornalística e abrindo espaço para que o tema persista como objeto de investigação de outros profissionais, Gaspari (2002, p. 22) conclui: “falta ao trabalho a abrangência que o assunto exige, e há nele uma preponderância de dois personagens (Geisel e Golbery) que não corresponde ao peso histórico que tiveram os 21 anos de regime militar”.

Ou seja, o assunto abordado por um livro-reportagem, mesmo quando explorado de forma exaustiva, nunca pode ser considerado exaurido ou palavra final em termos de interpretações possíveis. Também vale acrescentar que a série sofreu críticas por parte de setores da imprensa brasileira, principalmente pelo seu foco mais decisivo nas versões de Golbery e Geisel, o que comprova que, mesmo em um projeto tão extenso, é impossível abarcar toda a multiplicidade de um período histórico tão rico.

Em se tratando de ditadura militar, os livros-reportagem enfocam, ainda, a trajetória não só dos protagonistas, mas também de personalidades que foram necessárias para compreender como se deu a resistência ao regime. Uma dessas obras, finalista do Prêmio Jabuti de 2015 na categoria Reportagem e Documentário, foi *Um homem torturado: nos passos de frei Tito*

de Alencar (Civilização Brasileira, 2014), das jornalistas Leneide Duarte-Plon e Clarisse Meireles.

Classificada como reportagem biográfica (Duarte-Plon; Meireles, 2014), a investigação percorreu a trajetória do frade da ordem dominicana, nascido no Ceará, que residiu em São Paulo durante o autoritarismo militar, perseguido pelo delegado Sérgio Fleury e exilado na França, onde teve um fim trágico. Além da apuração jornalística, baseada em 35 entrevistas e documentações ao longo de três anos, a obra proporciona reflexões psicanalíticas derivadas do trauma que o protagonista sofreu nas sessões de tortura realizadas no DOI-CODI.

Embora nascida em Manaus (AM), Leneide foi criada no Rio de Janeiro e conviveu com o regime militar. Todavia, sua filha Clarisse não conhecia a história em detalhes. Para ela, algumas fases da investigação foram mais difíceis, conforme depoimento concedido ao Adam (2024), quando a entrevistou para a confecção da tese de doutorado:

Ele lutava contra essa dor da alma que ficou. Não só no corpo, mas a tortura, ela fere a alma do torturado. Então, tudo isso foi muito duro pra mim, vários momentos eu até falava pra Leneide que era difícil, que eu achava um livro muito difícil e, enfim, não é pra ser fácil mesmo, é uma história do nosso país, que é tão difícil e, por isso mesmo, tem que ser contada, lembrada o tempo todo (Duarte-Plon; Meireles, informação oral, 2023).

Isso demonstra o quão pesaroso também é para o repórter abordar assuntos

traumáticos, cenas que iluminam um passado de sofrimento e que ainda repercutem no presente. A dor do que ocorreu se torna latente por meio do resgate memorialístico, tanto na fase de pesquisa quanto na escrita, quando se transforma em palavras o testemunho que se ouviu na entrevista (Seligmann-Silva, 2022).

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

---

A reportagem brasileira vem traçando um caminho histórico que tem bases na denúncia social. Em *Os Sertões* (1902), Euclides da Cunha fez um retrato detalhado sobre o massacre de Canudos, uma mudança de pauta que partiu da afetação de Euclides, como repórter, que viu diante de seus olhos uma realidade repleta de nomes, idades, pares e feições que poderiam ser suprimidas pelo tempo. As páginas do que seria uma obra ensaística de grande influência para os futuros livros-reportagem de referência brasileira nasciam dali. Tal prática, diante de tudo que foi debatido neste trabalho, parece ressurgir em grandes momentos de tensão política e social, como em contextos ditatoriais. Há uma emergência em se falar do que é velado e confrontar o que é dito. O caminho percorrido por diversos jornalistas torna-se parte da própria narrativa, construída na vivência dos fatos, no mergulho em documentos e fontes que trazem um fôlego e talvez até a pretensão de ser o retrato fiel do que se pretende esconder.

Diante disso, o jornalista estabelece contatos intensos com o processo de

elaboração da história, mesmo não tendo a pretensão de flertar com o ofício do historiador. Quando o livro-reportagem recria um momento narrativo a partir de vozes diversas, suas funções político-pedagógicas incluem registrar, comunicar e apontar, mesmo que de forma não proposital, para aquilo que é de relevância social e política para o contexto presente, principalmente por sua contemporaneidade e atualidade ou, como discute Lima (2009), por sua universalidade.

Mas não é só no contexto do jornalismo que essas narrativas expressam sua importância. Temáticas que versam sobre períodos ditatoriais têm ganhado espaço diverso na mídia. O cinema, com filmes multipremiados, como *Ainda estou aqui* (2024) e *O agente secreto* (2025), ambos ambientados no regime militar dos anos 1970, demonstra que existe interesse do público em entender e rememorar essa parte ainda latente da história brasileira. O passado, quando revisitado, seja na forma de livro-reportagem ou de longas-metragens ficcionais ou documentais, carrega consigo as marcas de uma memória que, por tantos motivos, foi propositalmente suprimida. A lembrança de temas que tocam em um passado político pode, até de forma didática, apontar para reflexões sobre o presente e, principalmente, para pensar sobre o futuro da democracia.

Quando Ferreira (2004) fala sobre a diferença entre livros e notícias, trata o livro-reportagem como um produto que não perde a sua perenidade. Isso se torna real quando jornalistas-escritores carregam o registro de seu tempo e contexto e se inserem, vencidos os desafios de falta de recursos, censuras e um mercado editorial

hostil, como perpetuadores de memórias e articuladores que, a partir das ferramentas de narração, fazem a mediação entre o leitor e o fato, entre o raso do acontecimento e a profundidade da reconstrução de uma história. Essas obras, para Belo (2013, p. 42), rompem com “[...] as barreiras do imediato e do superficial”.

Portanto, os livros-reportagem sobre períodos complexos, escritos e inscritos em uma realidade social conturbada, a partir de diversas pesquisas como as aqui mencionadas, reforçam a importância da preservação da memória e da função do jornalismo aprofundado, como ponte e tradutor de contextos diversos. A reportagem brasileira, dessa forma, segue tendo em vista a sua maior conquista: a possibilidade de falar sobre si mesma, de manter seu tom de denúncia social e reafirmar a democracia.

## Minibiografia

---

### [FELIPE ADAM]

Jornalista (Univali), mestre em Jornalismo (UEPG) e doutor em Comunicação Social (PUCRS). Professor Substituto do curso de Jornalismo na UFPel e pós-doutorando no Programa de Pós-Graduação em Comunicação e Cultura da Uniso. Desenvolve pesquisas que dialogam com histórias de vida, pesquisa e produção de livros-reportagem, estudos de memória, perspectivas de gênero e história do jornalismo. E-mail: felipeadam91@gmail.com

### [ALEXANDRE ZARATE MACIEL]

Jornalista e Doutor em Comunicação (UFPE). Professor associado do curso de Jornalismo da UFMA, campus de Imperatriz (MA), onde coordena o grupo de pesquisa Jornalismo de Fôlego. E-mail: alexandre.maciel@ufma.br

### [JOÃO MARCOS DOS SANTOS SILVA]

Graduado em Jornalismo pela Universidade Federal do Maranhão - campus Imperatriz (MA), mestrando em Comunicação pela mesma instituição e integrante do grupo de pesquisa Jornalismo de Fôlego (UFMA). E-mail: joaomarcos.santos2010@gmail.com

## Referências

---

ADAM, Felipe. **Quando as jornalistas assumem o protagonismo**: memória do gênero biográfico brasileiro pela ótica feminina (1990-2020). Porto Alegre, 2024. Tese (Doutorado em Comunicação) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul (PUCRS). Disponível em: <https://tede2.pucrs.br/tede2/handle/tede/11140> Acesso em: 10 jun. 2025.

ANDRADE, Mariza Guerra de. **Anel encarnado**: biografia e história em Raimundo Magalhães Jr. Belo Horizonte: Autêntica, 2013.

BELO, Eduardo. **Livro-reportagem**. São Paulo: Contexto, 2013.

BULHÕES, Marcelo. **Jornalismo e literatura em convergência**. São Paulo: Ética, 2007.

CALLADO, Antonio. Prefácio. In: MORAIS, Fernando. **A ilha**: um repórter brasileiro no país de Fidel Castro. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

CATALÃO JR, Antônio Heriberto. **Jornalismo best-seller**: o livro-reportagem no Brasil contemporâneo. Araraquara, 2010. 252 f. Tese (Doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras.

CAVALHEIRO, Edegar. **Biografias e biógrafos**. Curitiba: Guaíra, 1943.

DÓRIA, Palmério et al. **A guerrilha do Araguaia**. São Paulo: Alfa-Ômega, 1978.

DUARTE-PLON, Leneide; MEIRELES, Clarisse. **Um homem torturado**: nos passos de frei Tito de Alencar. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2014.

FERREIRA JR., Carlos Antonio Rogê. **Literatura e jornalismo, práticas políticas**: discursos e contra-discursos, o novo jornalismo, o romance-reportagem e os livros-reportagem. São Paulo: Edusp, 2004.

GALVÃO, Walnice Nogueira. A voga do biografismo nativo. **Estudos Avançados**, v. 19, n. 55, p. 349-366, 2005. Disponível em: <https://www.revistas.usp.br/eav/article/view/10115>. Acesso em: 7 jun. 2024.

GASPARI, Elio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

GRECCO, Gabriela de Lima. Escrever a tradição, modernizar a nação: literatura e identidade nacional durante o Estado Novo de Vargas (1937-1945). **Revista Brasileira de História**, v. 41, n. 88, p. 255-278, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbh/a/6h3pwVRpYwzcf9MD5M8s5HC/>. Acesso em: 7 jun. 2024.

HALLEWELL, Laurence. **O livro no Brasil**: sua história. São Paulo: Edusp, 2012.

LIMA, Edvaldo Pereira. **Páginas ampliadas**: o livro-reportagem como extensão do Jornalismo e da literatura. São Paulo: Manole, 2009.

MANGARIELO, Fernando. **Entrevistador**: Alexandre Zarate Maciel [15/09/2016]. São Paulo: residência do autor, 2016. 1 arquivo .mp3 (1h05min).

MAUÉS, Flamarion. **Livros contra a ditadura**: editoras de oposição no Brasil (1974-1984). São Paulo: Publisher Brasil, 2013.

MORAIS, Fernando. **Olga**: a vida de Olga Benário Prestes, judia comunista entregue a Hitler pelo governo Vargas. São Paulo: Companhia das Letras, 1993.

MOREIRA, Sonia Virgínia. Análise documental como método e como técnica. *In*: DUARTE, J. e BARROS, A. (Orgs.). **Métodos e técnicas de pesquisa em comunicação**. São Paulo: Atlas S.A., 2005.

NETO, Lira. **Entrevistador**: Alexandre Zarate Maciel [17/09/2016]. São Paulo: apartamento do entrevistado, 2016. 1 arquivo .mp3 (1h52min).

NETO, Lira. **Getúlio (1930-1945)**: do governo provisório à ditadura do Estado Novo. São Paulo: Companhia das Letras, 2013.

REIMÃO, Sandra. **Mercado editorial brasileiro**. São Paulo: Com-arte; Fapesp, 1996.

SELIGMANN-SILVA, Márcio. **A virada testemunhal e decolonial do saber histórico**. Campinas: Editora da Unicamp, 2022.

VIANA FILHO, Luiz. **A verdade na biografia**. São Paulo: Civilização Brasileira, 1945.